

Relatório de Levantamento nº 02/2021

Processo: 4965/2021

Relator: Conselheira Doris de Miranda Coutinho

Instrumento de Fiscalização: Levantamento

Atos Originários: Resolução TCE-TO Nº 221/2016

Objeto da Fiscalização: Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM

Ato de designação da equipe: Portaria nº 334/2016 alterada pela Portaria nº 211/2021 de 12 de abril de 2021.

Período de Realização: 19/04/21 a 28/05/21 com prorrogação até 04/06/2021

Exercício de Referência: 2020

Composição da Equipe:

Nome	Matrícula	Cargo	Lotação
Doris de Miranda Coutinho	23.901-1	Conselheira Relt5 - Coordenadora	RELT 5
Lígia Cássia Rocha Braga	23.858-9	Auditora de controle Externo	COAES
Cláudia Elizabeth de Oliveira Vieira	23.587-3	Auditora de controle Externo	COAES
Leonardo José de Sales	24.143-2	Técnico de controle externo	CODES

DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES FISCALIZADOS

Órgãos e entidades fiscalizados: 139 municípios.

Órgãos e entidades que responderam aos questionários: 139 municípios.

Vinculação no TCE-TO: Diversas unidades.

Responsáveis: Diversos

LISTA DE SIGLAS

ATM	Associação Tocantinense de Municípios
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
AVCB	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros
CADUN	Cadastro Único do TCE
CEIS	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
CEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CNEP	Cadastro Nacional de Empresas Punidas
COAES	Coordenadoria de Auditorias Especiais
CODES	Coordenadoria de Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COREA	Corpo Especial de Auditores
IEGM	Índice de Efetividade da Gestão Municipal
INDICON	Rede Nacional de Indicadores
IRB	Instituto Rui Barbosa
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PPA	Plano Plurianual
TCE-TO	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
UBS	Unidade Básica de Saúde

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Quesitos de Avaliação.....	7
QUADRO 2 - Critérios de enquadramento dos municípios ao IEGM.....	7
QUADRO 3 – Resultado por faixa nos levantamentos do IEGM realizados no período de 2015 a 2020.....	13
QUADRO 4 - Questões do IEGM convergentes com as metas da ODS.....	14

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Percentual de municípios por faixa de resultado.....	8
FIGURA 2 - Percentual de municípios por faixa de resultado do I-Saúde.....	9
FIGURA 3 -Percentual de municípios por faixa de resultados do I-Educ.....	9
FIGURA 4 - Percentual de municípios por faixa de resultado do I- Planejamento.....	10
FIGURA 5 - Percentual de municípios por faixa de resultado do I-Fiscal.....	10
FIGURA 6 - Percentual de municípios por faixa do I-AMB.....	11
FIGURA 7- Percentual de municípios por faixa do I-Cidade.....	11
FIGURA 8 - Percentual de municípios por faixa do I-GOV-TI.....	12
FIGURA 9 - Informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida.....	15
FIGURA 10 -Tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta.....	17
FIGURA 11- Consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos.....	18
FIGURA 12 - Gestão de estoque dos insumos.....	20
FIGURA 13 - Interrupção ou descontinuidade de atendimento por falta de insumo.....	21
FIGURA 14 - Serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs.....	22
FIGURA 15 - Ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	24
FIGURA 16 – Pesquisa ou estudo do número de crianças que necessitavam de vagas nos Anos Iniciais.....	25
FIGURA 17 – Aplicação de programas municipal de avaliação do rendimento escolar...26	26
FIGURA 18 –Uso de indicador de qualidade para análise de qualidade da educação dos Anos Iniciais.....	28
FIGURA 19 – Utilização de programa para desenvolver leitura e escrita dos alunos na rede municipal.....	29
FIGURA 20 – Pesquisa e estudo do número de crianças que necessitavam de creche...31	31
FIGURA 21 – Pesquisa e estudo de crianças que necessitavam de pré-escola.....	32
FIGURA 22- Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência...34	34
FIGURA 23- Infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino.....	36
FIGURA 24 - unidades de ensino que tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura.....	37
FIGURA 25 - professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior.....	38

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1 Metodologia Aplicada.....	5
1.2 Limitações.....	6
1.3 Índices temáticos do IEGM	6
1.4 Faixas de Resultados.....	7
1.5 Processo de apuração	8
2. RESULTADOS DO IEGM 2020	8
2.1 Resultados por Dimensão	9
2.2 Panorama da pontuação do IEGM – 2015 A 2020	13
3. O IEGM E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL ...	13
3.1 ODS/I-SAÚDE 2020	15
3.2 ODS/I-EDUC 2020.....	23
4. CONCLUSÃO	41
5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	43

1. INTRODUÇÃO

O IEGM possibilita aos gestores municipais consolidar o planejamento para sua gestão - nas áreas de Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção aos Cidadãos e Governança da Tecnologia da Informação, ao aferir resultados, corrigir rumos e reavaliar prioridades. Ao mesmo tempo que favorece o controle social, ao evidenciar a correspondência entre as ações dos jurisdicionados e as necessidades da sociedade.

O Tribunal de Contas, visando conhecer as ações desenvolvidas pela administração pública que impactam a entrega de produtos à sociedade, utiliza o IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal) como ferramenta de coleta e tratamento de informações sobre a gestão municipal, para geração de relatórios gerenciais, utilização em matrizes de risco para a escolha do que irá fiscalizar e, também, como mais um instrumento técnico nas análises das contas públicas.

E como ferramenta de controle social, o TCE-TO disponibiliza em seu endereço eletrônico, o hotsite “IEGM”, onde de maneira acessível o cidadão acompanha o grau de efetividade da gestão do seu município.

Em sua sexta edição, o IEGM/TO-2020, obteve **a adesão máxima de todos os municípios** mesmo diante das dificuldades provocadas pela pandemia do COVID-19.

O resultado do IEGM- exercício 2020 foi consolidado apenas com as informações prestadas pelos próprios municípios, não houve nenhum processo de validação das respostas pelo TCE.

1.1 Metodologia Aplicada

O índice é composto pela combinação dos seguintes itens:

- Informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas Prefeituras Municipais no Sistema IEGM-TCE-TO;
- Dados governamentais e outras fontes de informação;
- Dados oriundos de sistemas automatizados de apoio à fiscalização do TCE-TO;

Ressaltamos que a classificação, objeto deste Relatório, é baseada em informações prestadas pelos próprios Municípios, onde nenhuma foram validadas pela equipe de fiscalização do Tribunal de Contas.

1.2 Limitações

Neste exercício, em vista das exigências de distanciamento social em decorrência da pandemia do Covid-19, não foi possível a validação presencial do IEGM, sendo assim, o Resultado do IEGM-2020 baseia-se apenas em dados declaratórios.

1.3 Índices temáticos do IEGM

O IEGM é um índice perene que proporciona visões da gestão pública para 7 (sete) dimensões da execução do orçamento público:

I-Educ: O Índice Municipal da Educação mede o resultado das ações da gestão pública municipal nesta área por meio de uma série de quesitos específicos relativos à educação infantil e ensino fundamental, com foco em aspectos relacionados à infraestrutura escolar.

I-Saúde: O Índice Municipal da Saúde mede o resultado das ações da gestão Pública Municipal neste tema por meio de uma série de quesitos específicos, com ênfase aos processos realizados pelas prefeituras relacionados à Atenção Básica, Cobertura e ação do Programa Saúde da Família, atuação do Conselho Municipal da Saúde, assiduidade dos médicos, atendimento à população para tratamento de doenças como a tuberculose e prevenção de doenças como a dengue, cobertura das campanhas de vacinação, orientação à população visando a preservação da saúde, bem como, controle de estoque de insumos.

I-Planejamento: O Índice Municipal do Planejamento verifica a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, por meio da análise dos percentuais gerados pelo confronto destas duas variáveis.

I-Fiscal: Este índice mede o resultado da gestão fiscal por meio da análise da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

I-Amb: O Índice Municipal do Meio Ambiente mede o resultado das ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas. Este índice contém informações sobre resíduos sólidos, saneamento básico, educação ambiental, estrutura ambiental e conselho ambiental.

I-Cidade: O Índice Municipal de Proteção dos Cidadãos mede o grau de envolvimento do planejamento municipal na proteção dos cidadãos frente a possíveis

eventos de sinistros e desastres. Reúne informações sobre Plano de Contingência, identificação de riscos para intervenção do Poder Público e infraestrutura da Defesa Civil.

I-Gov TI: O Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação mede o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade. Este índice reúne informações sobre políticas de uso de informática, segurança da informação, capacitação do quadro de pessoal e transparência.

Os quesitos de avaliação em cada índice nos questionários estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1 – Quesitos de Avaliação

IEGM	Nº de Quesitos
I-EDUC	32
I-SAUDE	35
I-PLANEJ	40
I-FISCAL	8
I-CIDADE	14
I-GOV TI	25
I-AMB	22
Total	176

Fonte: Questionário IEGM ano base 2020

1.4 Faixas de Resultados

O IEGM possui cinco faixas de resultados, definidas em função da consolidação das notas obtidas nos 7 (sete) índices setoriais. O enquadramento dos municípios em cada uma destas faixas obedece aos seguintes critérios:

Quadro 2 - Critérios de enquadramento dos municípios ao IEGM

Conceito	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva (altamente adequada)	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com a nota A
B+	Muito efetiva (muito adequada)	IEGM entre 75% e 89,9% da nota máxima
B+	Efetiva (adequada)	IEGM entre 60% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor ou igual a 49,9%

Fonte: Manual IEGM

Além dos critérios acima, outros dois são observados na definição das faixas de resultado:

- Realocação da nota do município no IEGM para a faixa imediatamente inferior, quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação;
- Índice Componente – Realocação para a faixa de resultado C – Baixo Nível de

Adequação: quando não observar o contido no artigo 29-A da Constituição Federal.

1.5 Processo de apuração

A apuração se deu por meio eletrônico mediante o preenchimento de sete questionários disponibilizados no Site do TCE / sistemas dos jurisdicionados, com acesso através de certificado digital.

Todos os questionários foram devidamente respondidos pelos municípios dentro do prazo estipulado pelo TCE-TO.

Após finalizado o prazo de preenchimento, os dados foram importados para a plataforma desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Maranhão -TCE/MA, instituição responsável pela consolidação e produção dos dados analisados neste relatório.

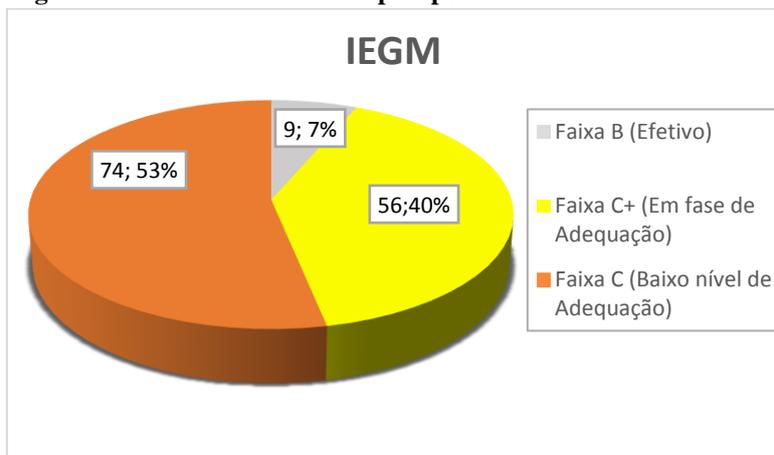
Ressaltamos que as apurações e análises realizadas estão baseadas nas respostas declaradas pelos municípios por meio dos sete questionários, um para cada dimensão apurada no índice.

Advertimos ainda, que a ausência ou incompletude das respostas a qualquer um dos sete questionários tornaria o município não participante do IEGM

2. RESULTADOS DO IEGM 2020

Dos 139 (cento e trinta e nove) municípios respondentes, 53% estão concentrados na faixa C (Baixo Nível de Adequação), 40% na faixa C + (Em Fase de Adequação) , 7% na faixa B (Efetivo), todavia, nenhum foi classificado nas faixas A (Altamente Efetivo) e B+ (Muito Efetivo).

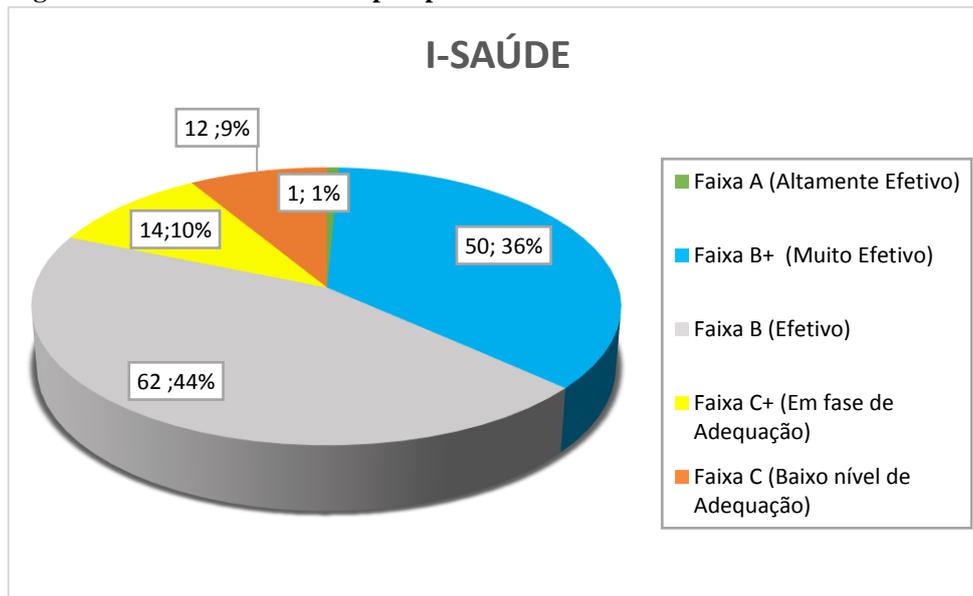
Figura 1 – Percentual de municípios por faixa de resultado



Fonte: IEGM/2020

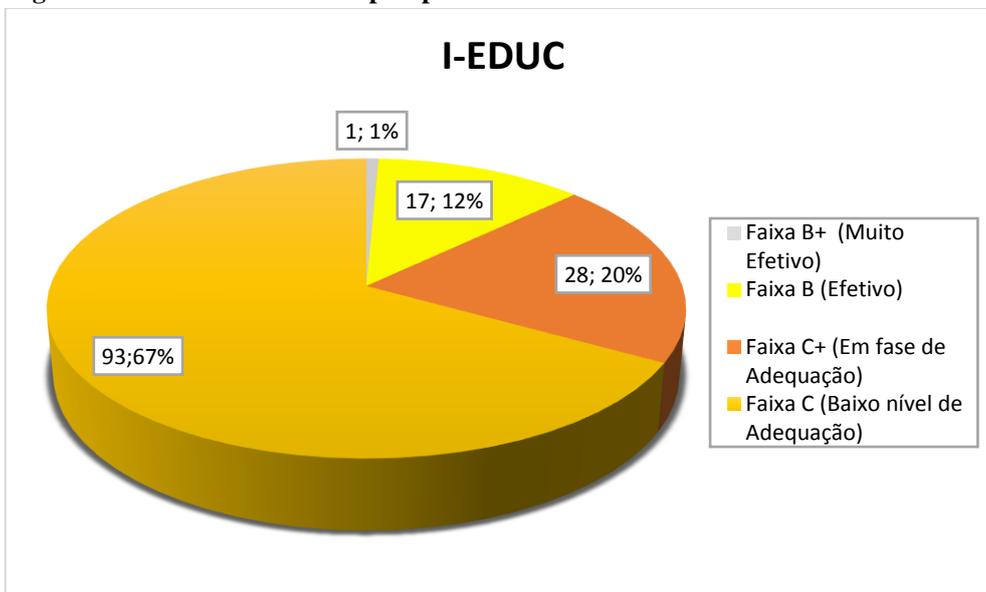
2.1 Resultados por Dimensão

Figura 2 - Percentual de municípios por faixa de resultado do I-Saúde



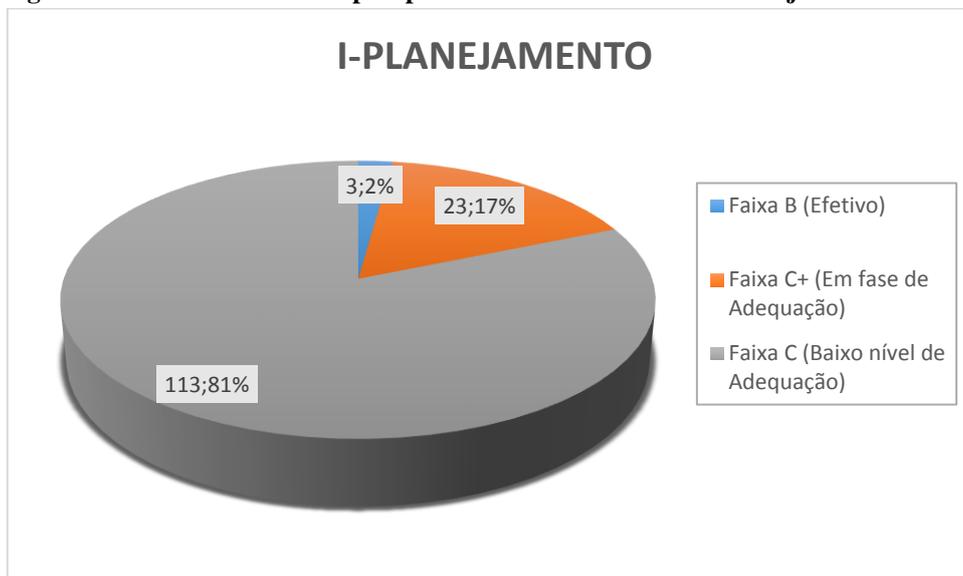
Fonte: IEGM/2020

Figura 3 –Percentual de municípios por faixa de resultados do I Educ



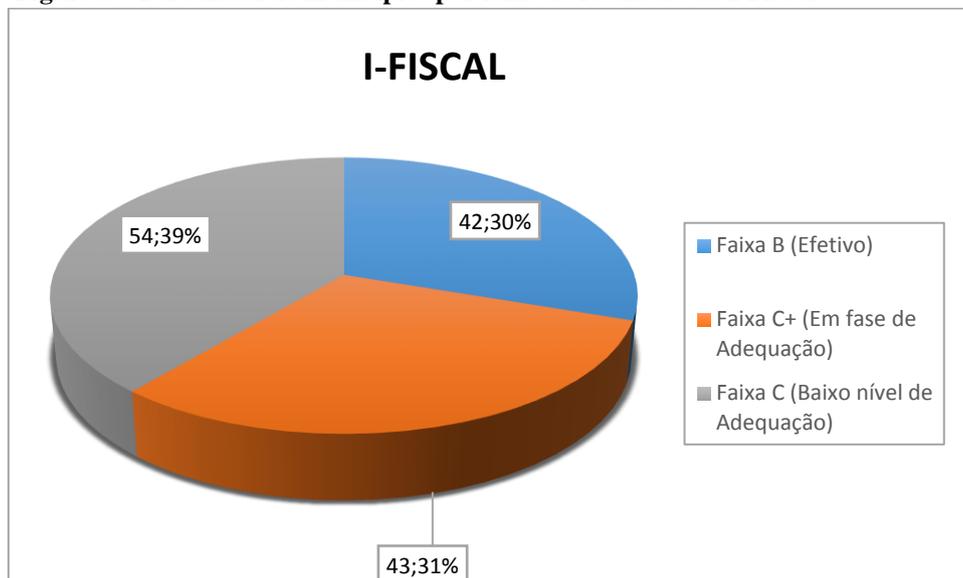
Fonte: IEGM/2020

Figura 4-Percentual de municípios por faixa de resultado do I- Planejamento



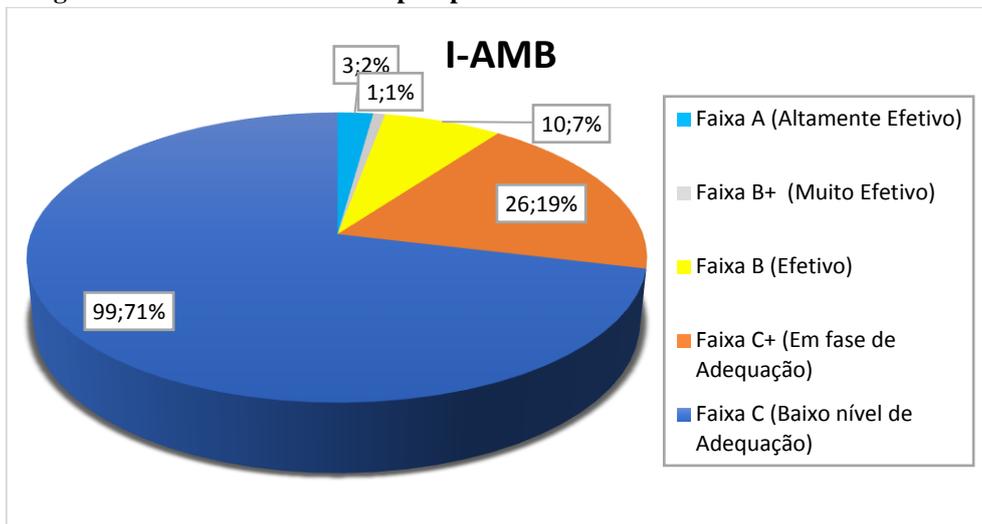
Fonte: IEGM/2020

Figura 5 – Percentual de municípios por faixa de resultado do I-Fiscal



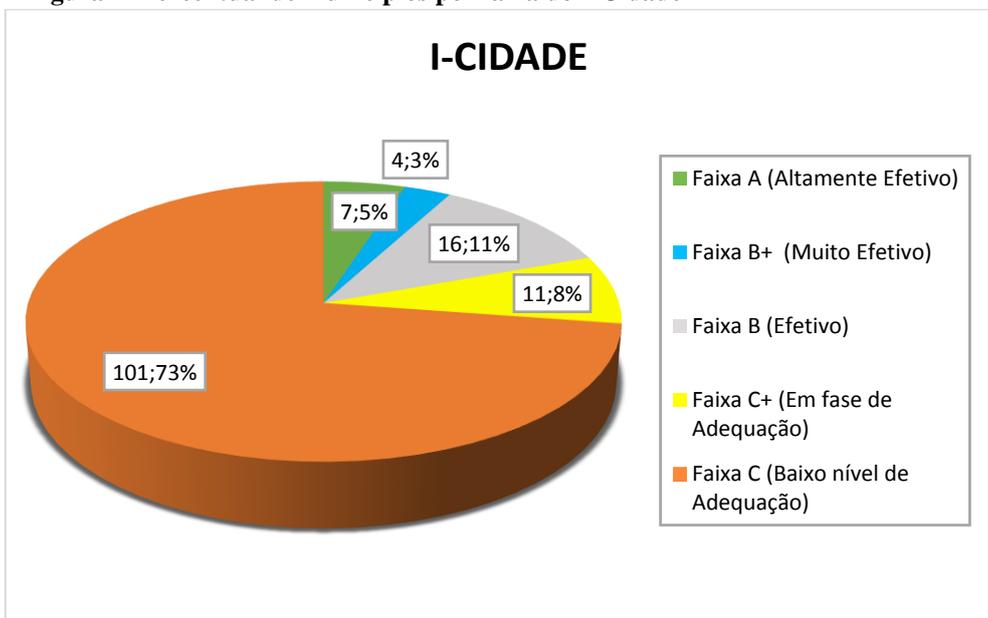
Fonte: IEGM/2020

Figura 6 – Percentual de municípios por faixa do I-AMB



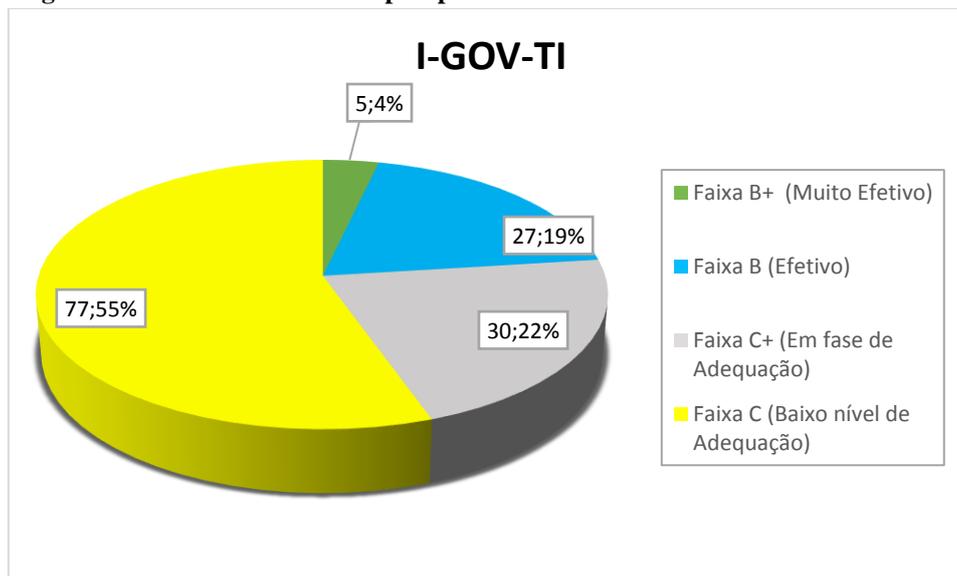
Fonte: IEGM/2020

Figura 7- Percentual de municípios por faixa do I-Cidade



Fonte: IEGM/202

Figura 8 – Percentual de municípios por faixa do I-GOV-TI



Fonte: IEGM/2020

A partir dos gráficos anteriores, fazemos as seguintes análises:

- No I-Educ, a maioria dos municípios encontra-se entre a faixa C (baixo nível de adequação), 28 municípios estão na faixa C+ (Em fase de adequação) destacando um total de 17 municípios que alcançaram a nota B (efetivo) nesta dimensão.
- No I-Saúde, 50 municípios na faixa estão B+ (Muito Efetivo), 64 na faixa B (Efetivo), 14 na faixa C+ (Em fase de adequação) e 12 na faixa C (Baixo nível de adequação).
- As dimensões I-Planejamento e I-fiscal apresentaram resultados menos satisfatórios uma vez que a maior parte dos municípios se encontra na faixa C (Baixo nível de adequação).
- O índice I-Cidade, tem representatividade em todas as faixas de classificação, no entanto, 101 municípios se concentraram na faixa C (Baixo nível de adequação), 11 na faixa C+ (Em fase de adequação), 16 na faixa B (Efetivo), 4 na faixa B+ (Muito Efetivo) e 7 na faixa A (Altamente efetivo).
- No índice I-Amb, semelhantemente às demais dimensões, a maioria dos municípios estão na faixa C (Baixo nível de adequação), 26 na faixa C+ (Em fase de adequação), 10 na faixa B (Efetivo), 1 na faixa B+ (Muito Efetivo) e 3 na faixa A (Altamente efetivo).
- No I- Gov TI verifica-se que temos 77 municípios na faixa C (Baixo nível de adequação), 30 na faixa C+ (Em fase de adequação), 27 na faixa B+ (Muito

Efetivo), 5 na faixa B+ (Muito Efetivo).

De maneira geral, com exceção do i-saúde, nas demais dimensões os municípios se concentram na faixa C (Baixo nível de adequação).

2.2 Panorama da pontuação do IEGM – 2015 A 2020

Apresentamos no quadro 03 o resultado geral e no Anexo I os resultados alcançados por município em cada exercício.

Quadro 3 - Resultado por faixa nos levantamentos do IEGM realizados no período de 2015 a 2020

Faixa de Classificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Faixa A (Altamente Efetivo)	0	0	0	0	0	0
Faixa B+ (Muito Efetivo)	0	0	0	0	0	0
Faixa B (Efetivo)	28	13	33	52	1	9
Faixa C+ (Em fase de Adequação)	76	57	86	76	17	56
Faixa C (Baixo nível de Adequação)	22	54	17	11	118	74

Fonte: IEGM2015/2020

Nota explicativa: municípios que não participaram do IEGM por exercício:

2015: Abreulândia, Aragoínas, Araguatins, Carmolândia, Carrasco Bonito, Esperantina, Goiatins, Ipueiras, Itaporã do Tocantins, Piraquê, Praia Norte, Santa Fé do Araguaia, São Miguel do Tocantins.

2016: Araguatins, Axixá do Tocantins, Campos Lindos, Fátima, Juarina, Mateiros, Natividade, Palmas, Ponte Alta do Bom Jesus, Rio da Conceição, Sampaio, Santa Rita do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Tabocão.

2017: Axixá do Tocantins, Juarina, Ponte Alta do Bom Jesus.

2019: Goiatins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins.

3. O IEGM E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável serão fundamentais para a superação da crise mundial gerada pelo novo corona vírus, pois reúnem muitas das prioridades que estão agora em destaque, incluindo a garantia da **educação e saúde** para todos.

Segundo a ONU, o vírus pode atrasar a efetivação da chamada Agenda 2030 em décadas exigindo dos jurisdicionados dedicação em desenvolver seus planejamentos com estratégias embasadas nos objetivos dos ODS visando mitigar os efeitos negativos que impactaram sobremaneira a gestão pública.

Como o IEGM possui 64 (sessenta e quatro) questões vinculadas à 14 (catorze) metas dos ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável- Agenda 2030, na área da saúde e educação, áreas mais afetadas pela pandemia COVID-19, selecionamos para análise o resultado de 18 (dezoito) questões do I-Saúde e 12 (doze) questões do I-Educ ação, apresentadas no quadro 4 na página abaixo e os resultados obtidos nos períodos de

realizado do IEGM 2015-2020.

Quadro 04 – Questões do IEGM convergentes com as metas da ODS

Metas ODS	Questão IEGM
3.8 - Attingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos	1 do I-Saúde: O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta
	1.2 do I-Saúde: Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta?
	2 do I-Saúde: O município disponibiliza consultas médicas a distância utilizando instrumentos tecnológicos?
	6 do I-Saúde: O município possui gestão de estoque dos insumos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?
	7 do I-Saúde: O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos?
4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes	1 do I-Educ.: A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?
	4 do I-Educ.: A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2019?
	5 do I-Educ.: A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?
	6 do I-Educ.: A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?
	7 do I-Educ.: Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?
	18 do I-Educ.: O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?
	4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para
3 do I-Educ.: A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2019?	
10 do I-Educ.: Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe: [Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):]	
11.1 do I-Educ.: Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2019, informe quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc):	
11.2 do I-Educ.: Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2019, informe quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura	
4.a - Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos	16 do I-Educ.: Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996?
4.c - Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento	

Fonte: Elaborado pela equipe

3.1 ODS/I-SAÚDE 2020

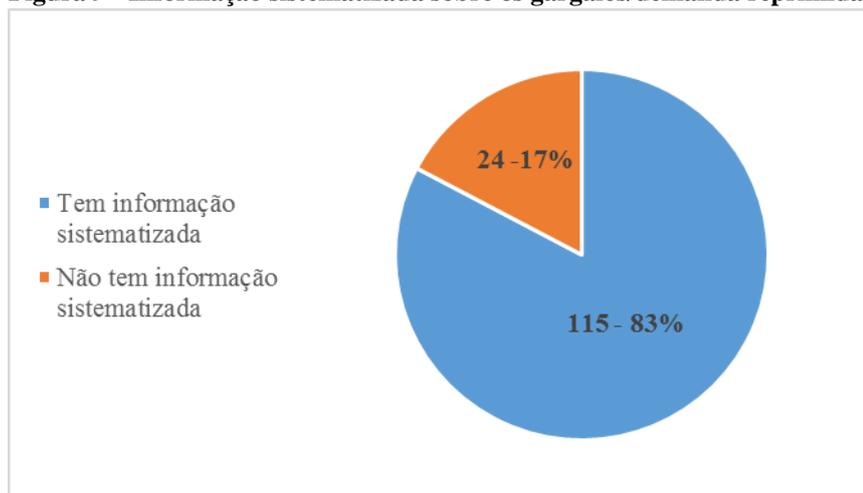
ODS Meta 3.8 - *Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.*

Questão 1 do i-Saúde. O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica?

O IEGM-2020 demonstra que no Estado do Tocantins 24 (vinte e quatro) municípios declararam não possuir informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica. Esses municípios por não terem este controle encontram-se prejudicados na identificação de suas necessidades, o que pode gerar alocação de recursos insuficientes em alguns pontos e excedente em outros, afetando ou retardando o atendimento ambulatorial do cidadão.

Tendo em vista que uma das diretrizes da atenção básica é organizar o fluxo de usuários, visando a garantia das referências a serviços fora do âmbito da atenção básica, esses municípios devem desenvolver, disponibilizar e implantar os Sistemas de Informação na Atenção Básica, garantindo mecanismos que assegurem serviços e procedimentos de resolutividade ao cidadão.

Figura 9 - Informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 01 apresentamos os municípios que declararam não possuir informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento

ambulatorial/hospitalar.

Tabela 01 – Municípios que declararam não possuir informação sistematizada

Esperantina	Araguacema
Jaú do Tocantins	Itaporã do Tocantins
Araguaçu	Rio dos Bois
São Valério da Natividade	São Bento do Tocantins
Novo Jardim	Formoso do Araguaia
Barra do Ouro	Piraquê
Lajeado	Carmolândia
Guaraí	Arapoema
Monte Santo do Tocantins	Almas
Bernardo Sayão	Buriti do Tocantins
Dianópolis	Taguatinga
Itacajá	Cristalândia

Fonte: IEGM/2020

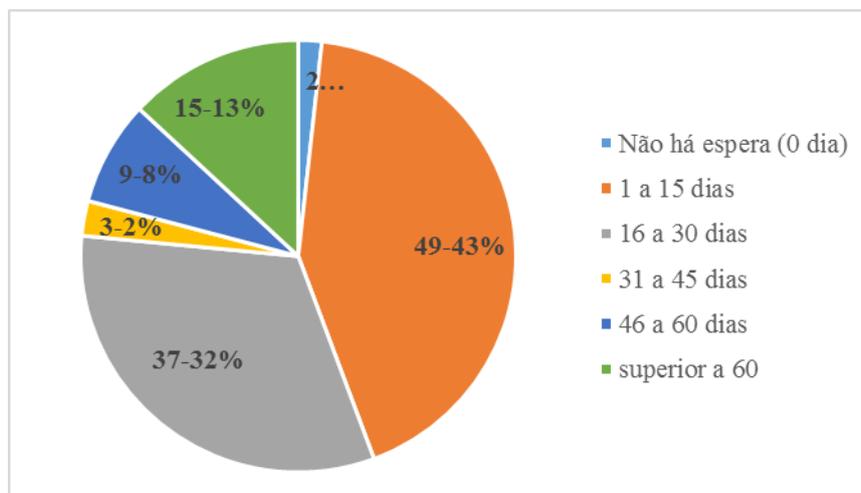
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

- ✓ Aumento no número de municípios que declararam não possuir informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar.

Questão 1.2 do i-Saúde. Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta?

Sabe-se que a agilidade na realização do diagnóstico de possíveis doenças é primordial para o sucesso do tratamento do paciente, no entanto, de acordo com os dados declarados pelos jurisdicionados no IEGM de 2020, 15 (quinze) municípios **declararam ter um tempo médio de espera acima de 60 dias** até a primeira consulta, essa demora pode contribuir com o agravamento de doenças e, dependendo do caso até mesmo levar a óbito e, sinaliza que esses municípios devem adotar mecanismos de monitoramento, avaliação e auditoria, incluindo tempo de espera para início do tratamento e satisfação do usuário, com vistas à melhoria da qualidade das ações e dos serviços ofertados, considerando as especificidades dos estabelecimentos de saúde e suas responsabilidades, conforme estabelecido no art. 21, inciso IX da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de Setembro de 2017 que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

Figura 10 – Tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 02 apresentamos os municípios declararam possuir tempo de espera acima de 60 dias para a primeira consulta.

Tabela 02 – Municípios que declararam possuir Tempo de espera superior a 60 dias

Recursolândia
São Miguel do Tocantins
Carrasco Bonito
São Félix do Tocantins
Silvanópolis
Paraná
Sampaio
Lavandeira
Nova Olinda
Conceição do Tocantins
Rio da Conceição
Ponte Alta do Tocantins
Wanderlândia
Barrolândia
Pedro Afonso

Fonte: IEGM/2020

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

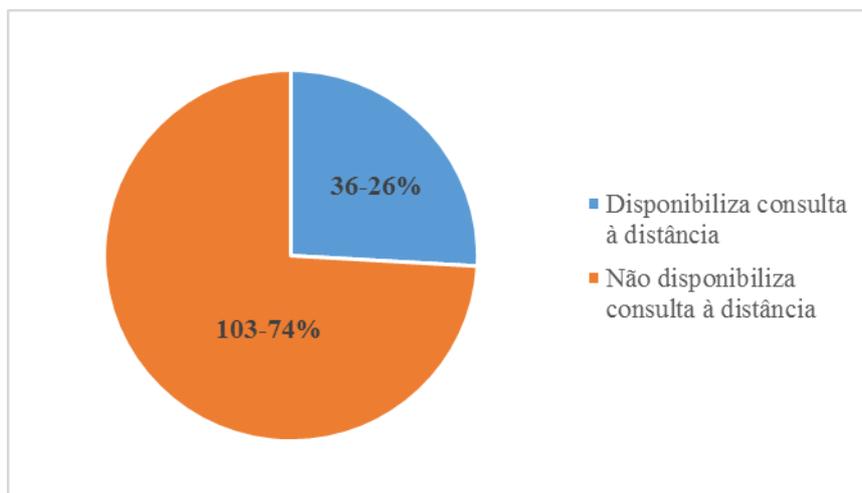
- ✓ Aumento no quantitativo de municípios que declararam possuir um tempo médio de espera pela primeira consulta superior a 60 dias, de 6 em 2015 para 15 em 2020.
- ✓ Redução no número de municípios que declararam não ter espera para realização

da primeira consulta.

Questão 2 do i-Saúde. O município disponibiliza consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, Internet, etc.)?

A telemedicina não é apenas uma tendência inovadora, mas um tipo de prática médica que passou a ser uma necessidade para muitos pacientes e profissionais de saúde durante os tempos incertos que a pandemia de covid-19 provocou e ficou evidente os impactos positivos que este tipo de prática médica é capaz de proporcionar à sociedade como um todo, principalmente para a redução dos problemas relativos à falta de acesso aos atendimentos médicos em regiões remotas, procedimento que, se implantado, principalmente no contexto da pandemia, evitaria aglomeração e agilizaria o atendimento da população. Todavia, em 2020, 103 (cento e três) municípios não disponibilizam consulta à distância.

Figura 11 – Consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 03 na apresentamos os municípios que não disponibilizam consultas médicas à distância.

Tabela 03 - Municípios que não disponibilizam consultas médicas à distância

Abreulândia	Aguiarnópolis	Monte do Carmo
Recursolândia	Praia Norte	Itapiratins
Luzinópolis	Paranã	Centenário
Araguaína	Couto Magalhães	Palmeiras do Tocantins
Esperantina	Nova Rosalândia	Araguanã
Alvorada	Dianópolis	Babaçulândia
Novo Alegre	Tupiratins	Aparecida do Rio Negro
Arraias	Lagoa da Confusão	Wanderlândia
Lagoa do Tocantins	Dueré	Pau d'Arco
Araguaçu	Presidente Kennedy	Goianorte
Pium	Lavandeira	Dois Irmãos do Tocantins
Talismã	Itacajá	Darcinópolis
Angico	Nova Olinda	Campos Lindos
Carrasco Bonito	Tabocão	Peixe
Nazaré	Conceição do Tocantins	Formoso do Araguaia
Tupirama	Rio da Conceição	Rio Sono
Taipas do Tocantins	Araguacema	Gurupi
Combinado	Pindorama do Tocantins	Piraquê
Mateiros	Cariri do Tocantins	São Salvador do Tocantins
Aragominas	Riachinho	Carmolândia
Natividade	Ponte Alta do Tocantins	Arapoema
Santa Terezinha do Tocantins	Chapada da Natividade	Barrolândia
Bandeirantes do Tocantins	Caseara	Almas
Barra do Ouro	Pequizeiro	Buriti do Tocantins
Colinas do Tocantins	Filadélfia	Pedro Afonso
Juarina	Muricilândia	Colméia
São Sebastião do Tocantins	Maurilândia do Tocantins	Marianópolis do Tocantins
Palmeirópolis	Miranorte	Sandolândia
Aurora do Tocantins	Axixá do Tocantins	Taguatinga
São Félix do Tocantins	Ponte Alta do Bom Jesus	Novo Acordo
Santa Fé do Araguaia	Rio dos Bois	Fátima
Santa Rosa do Tocantins	São Bento do Tocantins	Divinópolis do Tocantins
Guaraí	Cachoeirinha	Cristalândia
Silvanópolis	Brasilândia do Tocantins	
Ananás	Palmeirante	

Fonte: IEGM/2020

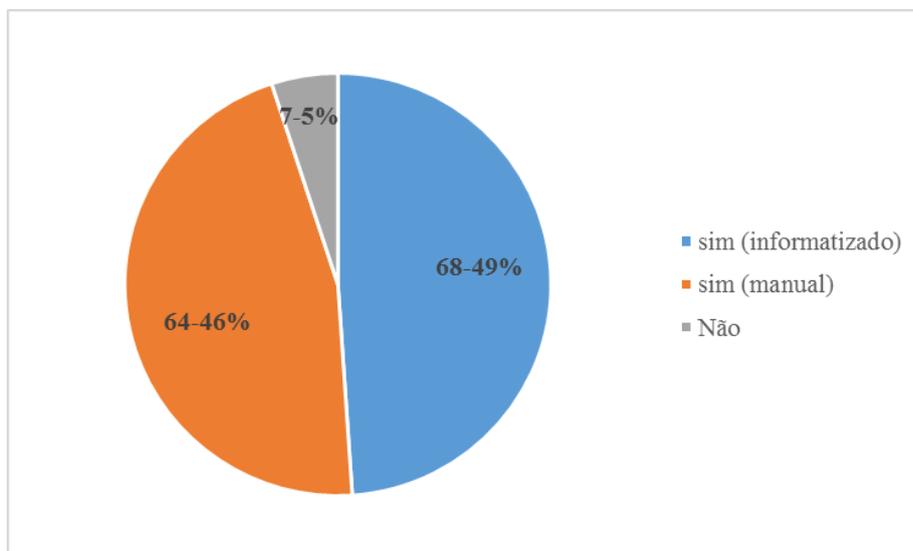
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

- ✓ Aumento no número de municípios que declararam não disponibilizar consultas médicas à distância, de 94 em 2015 para 103 em 2020.

Questão 6 do i-Saúde. O município possui gestão de estoque dos insumos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?

Quanto ao controle de estoque de insumos identificou-se que em 2020, 7(sete) municípios não possuem esse controle, demonstrando fragilidade na gestão em saúde posto que o conhecimento do estoque é fundamental para o planejamento das aquisições afim de dispor de insumos necessários e suficientes para uma prestação de serviços eficiente à população.

Figura 12 - Gestão de estoque dos insumos



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 04 apresentamos os municípios que declararam **não possuir** gestão de estoque de insumos.

Tabela 04 – Municípios que declararam Não possuir gestão de estoque

Santa Terezinha do Tocantins
Dianópolis
Araguanã
Tocantinópolis
Marianópolis do Tocantins
Bom Jesus do Tocantins
Cristalândia

Fonte: IEGM/2020

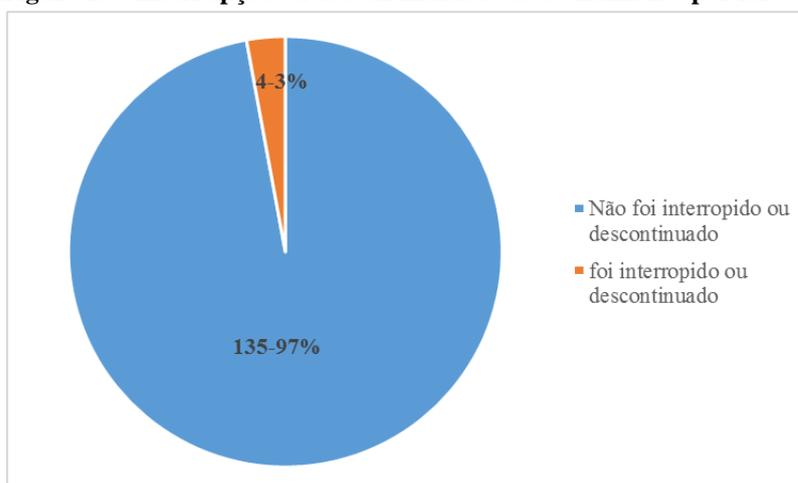
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

- ✓ Aumento no número de municípios que declararam não possuírem gestão de estoque de insumos, de 2 em 2015 para 7 em 2020.

Questão 7 do i-Saúde. O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos?

É sabido que os serviços de saúde são essenciais para a população e devem ser contínuos, sua interrupção, principalmente, por falta de insumos indica ausência de controle e planejamento. No exercício de 2020, 4 (quatro) municípios informaram que já tiveram seus serviços interrompidos ou descontinuados.

Figura 13 - Interrupção ou descontinuidade de atendimento por falta de insumo



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 05 apresentamos os municípios que declararam ter unidades de saúde com atendimento interrompido ou descontinuado por falta de insumos.

Tabela 05- Municípios que declararam atividades de saúde interrompida ou descontinuada por falta de insumos

Aragominas
Couto Magalhães
Riachinho
Filadélfia

Fonte: IEGM/2020

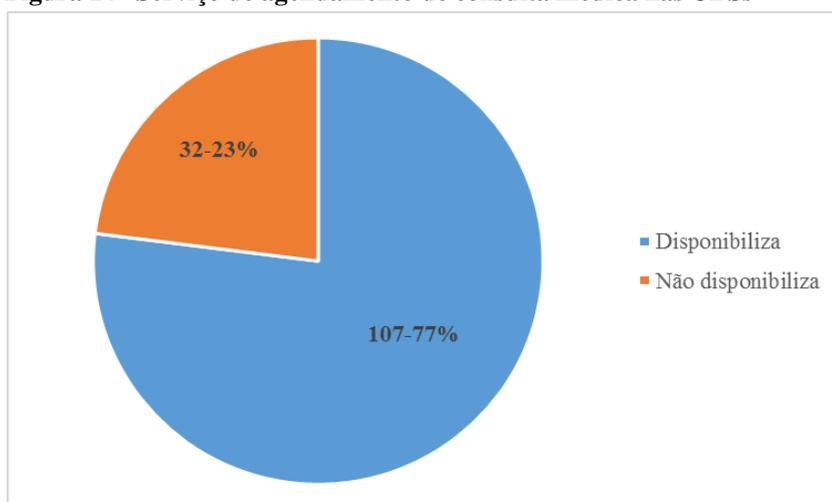
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

- ✓ Aumento no quantitativo de municípios que declararam não ter nenhuma interrupção no atendimento de suas UBS's por falta de insumos, de 115 em 2015 para 135 em 2020.
- ✓ Em 2020, 4 municípios declararam que tiveram os serviços da UBS interrompido por falta de insumos.

Questão 14 do i-Saúde. O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, totem, etc.?

O agendamento de consulta médica nas UBS's por meio de telefone, VOIP, internet, totem, etc, contribui para a agilidade do atendimento, evita aglomeração e exposição do paciente a possível contaminação, principalmente no contexto da COVID-19, no entanto, constata-se que 32 municípios ainda não disponibilizam esse tipo de agendamento à sua população.

Figura 14 –Serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 06 apresentamos os municípios que declararam não disponibilizar serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs.

Tabela 06- Municípios que declararam não possuir serviço de agendamento de consulta médica por telefone, VOIP, internet, totem e outros.

Palmas	Ponte Alta do Tocantins
Arraias	Filadélfia
Augustinópolis	Muricilândia
Lagoa do Tocantins	Maurilândia do Tocantins
Carrasco Bonito	Axixá do Tocantins
Taipas do Tocantins	Goiatins
Aragominas	Cachoeirinha
Santa Terezinha do Tocantins	Centenário
Barra do Ouro	Wanderlândia
Aurora do Tocantins	Gurupi
Monte Santo do Tocantins	Tocantínia
Dianópolis	Arapoema
Paraíso do Tocantins	Almas
Lavandeira	Buriti do Tocantins
Tabocão	Araguatins
Rio da Conceição	Cristalândia

Fonte: IEGM/2020

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

- ✓ Aumento no número de municípios que declararam disponibilizar serviço de agendamento de consulta, passando de 49 para 107;

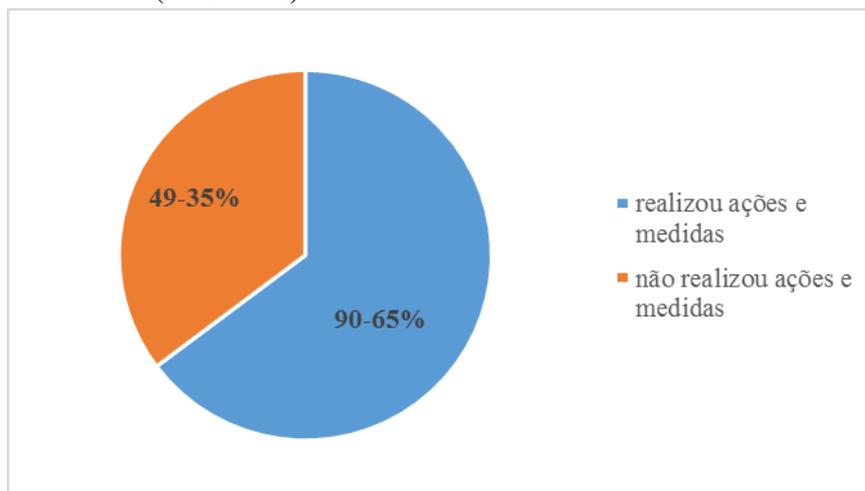
3.2 ODS/I-EDUC 2020

ODS Meta 4.1 - *Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.*

Questão 1 do I-Educ. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

No contexto de pandemia, com maior risco de evasão dos alunos, é fundamental que os municípios, principalmente aqueles que já tinham baixa permanência escolar antes da pandemia, busquem monitorar a taxa de abandono existente e promova a busca ativa a fim de não deixar nenhum aluno fora da escola. No entanto, em 2020, 49 (quarenta e nove) municípios declararam que não realizaram nenhuma ação e medida para monitoramento da taxa de abandono. É importante frisar que a ausência deste monitoramento implica no desconhecimento do quantitativo de crianças que abandonaram as escolas e as motivos da sua evasão, informações essenciais para que a gestão educacional adote ações efetivas para mitigação desse problema.

Figura 15 - Ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5ºano)



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 07 apresentamos os municípios que declararam não realizar o monitoramento da taxa de abandono.

Tabela 07 – Municípios que declararam não realizar o monitoramento da taxa de abandono

Abreulândia	Dianópolis	Nova Rosalândia
Aguiarnópolis	Dois Irmãos do Tocantins	Novo Alegre
Aragominas	Dueré	Oliveira de Fátima
Araguacema	Formoso do Araguaia	Paraná
Araguaçu	Itacajá	Peixe
Araguanã	Itaguatins	Pium
Aurora do Tocantins	Itapiratins	Ponte Alta do Bom Jesus
Axixá do Tocantins	Jaú do Tocantins	Porto Alegre do Tocantins
Barra do Ouro	Lagoa do Tocantins	Praia Norte
Brasilândia do Tocantins	Lizarda	Riachinho
Buriti do Tocantins	Luzinópolis	Rio dos Bois
Carrasco Bonito	Maurilândia do Tocantins	Rio Sono
Centenário	Monte do Carmo	Santa Rita do Tocantins
Chapada da Natividade	Muricilândia	Tabocão
Colméia	Natividade	Talismã
Combinado	Nazaré	Tupiratins
		Wanderlândia

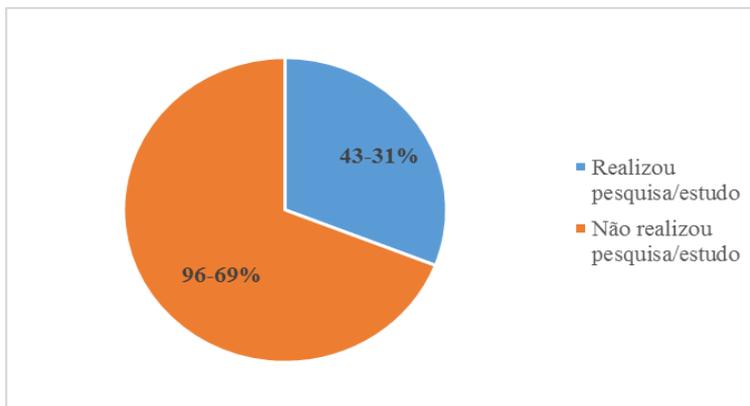
Fonte: IEGM/2020

Questão 4 do I-Educ. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de vagas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar?

Ter um diagnóstico da demanda de crianças para os anos iniciais do Ensino Fundamental é ponto de partida para a tomada de decisões dos gestores, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta. No entanto, os dados do IEGM revelam que 96 (noventa e seis) municípios não realizaram pesquisa em 2020

para conhecer e buscar atender demanda por vagas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Figura 16 – Pesquisa ou estudo do número de crianças que necessitavam de vagas nos Anos Iniciais



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 08 apresentamos os municípios que declararam não realizar o levantamento da necessidade de vagas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 08 - Municípios que declararam não realizar o levantamento da necessidade de vagas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Aguiarnópolis	Darcinópolis	Oliveira de Fátima
Aliança do Tocantins	Dianópolis	Palmeirante
Almas	Dois Irmãos do Tocantins	Palmeiras do Tocantins
Alvorada	Dueré	Paraíso do Tocantins
Aragominas	Esperantina	Paraná
Araguacema	Figueirópolis	Pedro Afonso
Araguaçu	Filadélfia	Peixe
Araguaína	Formoso do Araguaia	Pindorama do Tocantins
Araguanã	Goianorte	Piraquê
Araguatins	Goiatins	Pium
Arapoema	Guaraí	Ponte Alta do Bom Jesus
Arraias	Itacajá	Porto Alegre do Tocantins
Aurora do Tocantins	Itaguatins	Praia Norte
Axixá do Tocantins	Itapiratins	Presidente Kennedy
Babaçulândia	Juarina	Recursolândia
Bandeirantes do Tocantins	Lagoa da Confusão	Riachinho
Barra do Ouro	Lagoa do Tocantins	Rio da Conceição
Bom Jesus do Tocantins	Lajeado	Rio dos Bois
Brasilândia do Tocantins	Lizarda	Santa Fé do Araguaia
Brejinho de Nazaré	Luzinópolis	Santa Rita do Tocantins
Buriti do Tocantins	Marianópolis do Tocantins	Santa Tereza do Tocantins
Campos Lindos	Miracema do Tocantins	Santa Terezinha do Tocantins
Cariri do Tocantins	Miranorte	São Bento do Tocantins
Carmolândia	Monte do Carmo	São Félix do Tocantins
Caseara	Monte Santo do Tocantins	São Salvador do Tocantins
Centenário	Muricilândia	Sítio Novo do Tocantins
Chapada da Natividade	Natividade	Tabocão
Colméia	Nazaré	Taguatinga
Combinado	Nova Olinda	Talismã
Couto Magalhães	Nova Rosalândia	Tocantinópolis
Cristalândia	Novo Acordo	Tupiratins
Crixás do Tocantins	Novo Alegre	Xambioá

Fonte: IEGM/2020

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

- ✓ Diminui o número de municípios que realizarem pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

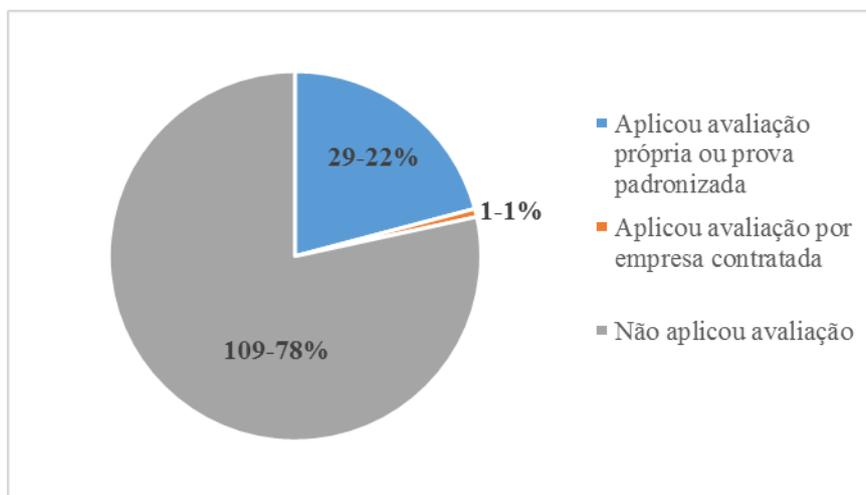
Questão 5 do I-Educ. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?

A Meta 7 do PNE estabelece o fomento à qualidade da educação básica, tanto para melhoria no fluxo escolar quanto na aprendizagem, tendo dentre suas estratégias, induzir

o processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico e a melhoria contínua da qualidade educacional.

Acompanhar o rendimento escolar é importante para a identificação de possíveis situações que possam estar atrapalhando o desempenho do aluno, permitindo ações imediatas para corrigir as deficiências identificadas e melhorar a performance do estudante que apresenta dificuldades. No entanto, 109 (cem e nove) municípios não aplicaram avaliação de rendimento escolar para identificar dificuldades dos seus alunos e buscar as soluções pertinentes.

Figura 17 – Aplicação de programas municipal de avaliação do rendimento escolar



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 09 apresentamos os municípios que declararam não realizar avaliação de rendimento escolar.

Tabela 09 - Municípios que declararam não realizaram avaliação de rendimento escolar

Abreulândia	Divinópolis do Tocantins	Peixe
Aguiarnópolis	Dois Irmãos do Tocantins	Pequizeiro
Aliança do Tocantins	Esperantina	Piraquê
Almas	Fátima	Ponte Alta do Bom Jesus
Ananás	Figueirópolis	Porto Alegre do Tocantins
Angico	Formoso do Araguaia	Praia Norte
Aparecida do Rio Negro	Goianorte	Presidente Kennedy
Aragominas	Goiatins	Recursolândia
Araguacema	Guaraí	Riachinho
Araguaçu	Ipueiras	Rio da Conceição
Araguanã	Itaguatins	Rio dos Bois
Aurora do Tocantins	Itapiratins	Rio Sono
Axixá do Tocantins	Juarina	Sampaio
Babaçulândia	Lagoa da Confusão	Sandolândia
Barra do Ouro	Lavandeira	Santa Fé do Araguaia
Barrolândia	Lizarda	Santa Maria do Tocantins
Bernardo Sayão	Luzinópolis	Santa Rita do Tocantins
Bom Jesus do Tocantins	Marianópolis do Tocantins	São Bento do Tocantins
Brasilândia do Tocantins	Maurilândia do Tocantins	São Félix do Tocantins
Brejinho de Nazaré	Miracema do Tocantins	São Miguel do Tocantins
Buriti do Tocantins	Miranorte	São Salvador do Tocantins
Cachoeirinha	Monte do Carmo	São Sebastião do Tocantins
Campos Lindos	Monte Santo do Tocantins	São Valério da Natividade
Cariri do Tocantins	Muricilândia	Silvanópolis
Carmolândia	Natividade	Sítio Novo do Tocantins
Carrasco Bonito	Nazaré	Sucupira
Caseara	Nova Olinda	Tabocão
Centenário	Nova Rosalândia	Taguatinga
Chapada da Natividade	Novo Acordo	Taipas do Tocantins
Chapada de Areia	Novo Alegre	Talismã
Colméia	Novo Jardim	Tocantinópolis
Combinado	Oliveira de Fátima	Tupirama
Conceição do Tocantins	Palmeirante	Tupiratins
Couto Magalhães	Palmeiras do Tocantins	Wanderlândia
Cristalândia	Palmeirópolis	Xambioá
Crixás do Tocantins	Paraíso do Tocantins	
Dianópolis	Pau d'Arco	

Fonte: IEGM/2020

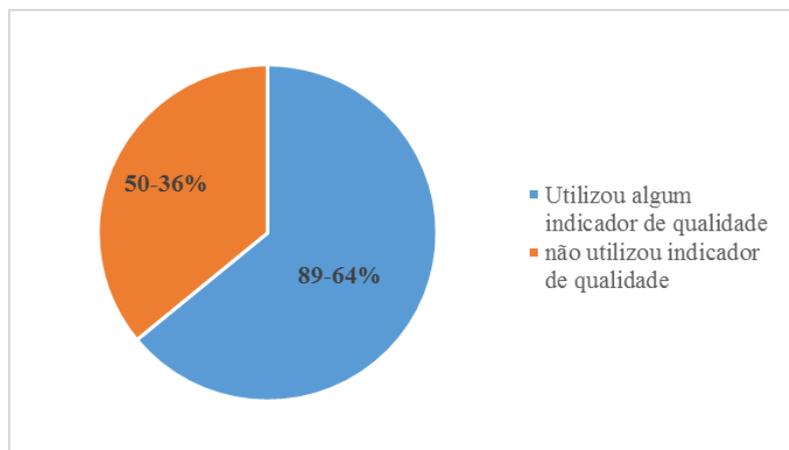
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

- ✓ Redução significativa dos municípios que declararam aplicar avaliação de rendimento escolar;

Questão 6 do I-Educ. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

A gestão da qualidade na educação busca a melhoria dos procedimentos adotados pela escola, no entanto, não existe um modelo único, a qualidade é um conceito ativo, que deve ser construído e reconstruído continuamente. Cada escola tem autonomia para refletir, indicar e atuar no caminho e encontro da qualidade da educação, no entanto, em 2020, 50 (cinquenta) municípios informaram que não utilizaram nenhum indicador de qualidade para avaliar a educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Figura 18 –Uso de indicador de qualidade para análise de qualidade da educação dos Anos Iniciais



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 10 apresentamos os municípios que não utilizaram nenhum indicador de qualidade da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 10 - Municípios que declararam não utilizar nenhum indicador de qualidade da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Abreulândia	Crixás do Tocantins	São Valério da Natividade
Almas	Darcinópolis	Tabocão
Aparecida do Rio Negro	Dianópolis	Lagoa da Confusão
Aragominas	Dois Irmãos do Tocantins	Luzinópolis
Araguacema	Esperantina	Miracema do Tocantins
Araguanã	Formoso do Araguaia	Monte do Carmo
Araguatins	Itaguatins	Monte Santo do Tocantins
Augustinópolis	Jaú do Tocantins	Muricilândia
Babaçulândia	Ponte Alta do Bom Jesus	Nazaré
Barra do Ouro	Presidente Kennedy	Nova Rosalândia
Bernardo Sayão	Pugmil	Novo Alegre
Campos Lindos	Recursolândia	Novo Jardim

Cariri do Tocantins	Rio da Conceição	Oliveira de Fátima
Carmolândia	Rio dos Bois	Peixe
Centenário	São Bento do Tocantins	Pindorama do Tocantins
Chapada da Natividade	São Félix do Tocantins	Piraquê
Cristalândia	São Miguel do Tocantins	

Fonte: IEGM/2020

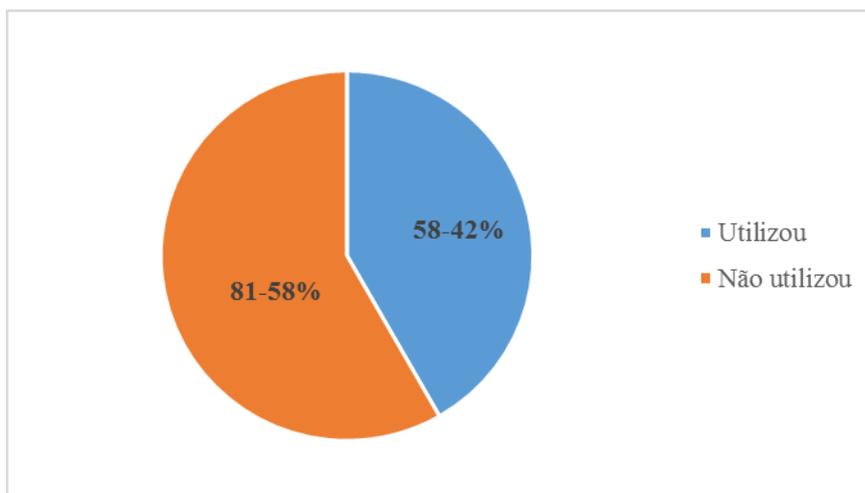
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

- ✓ Aumento no quantitativo de municípios que informaram não utilizar indicador de qualidade.

Questão 18 do I-Educ. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?

A deficiência na leitura é um fator preocupante no ensino, pois quem não lê não tem fluência na escrita e tem dificuldade de interpretação do enunciado de questões de qualquer disciplina trazendo um efeito multiplicador de maus resultados e consequente baixo desempenho dos alunos. No entanto, os dados de 2020, demonstram que 81(oitenta e um) municípios declararam não ter utilizado algum programa para desenvolver as competências de leitura e escrita de seus alunos.

Figura 19 – Utilização de programa para desenvolver leitura e escrita dos alunos na rede municipal



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 11 apresentamos os municípios que informaram não utilizar nenhum programa para desenvolver as competências de leitura e escrita de seus alunos.

Tabela 11 - Municípios que informaram não utilizar nenhum programa para desenvolver as competências de leitura e escrita de seus alunos

Aliança do Tocantins	Divinópolis do Tocantins	Paraná
Almas	Dois Irmãos do Tocantins	Pau d'Arco
Ananás	Dueré	Peixe
Angico	Esperantina	Pequizeiro
Araguacema	Fátima	Pindorama do Tocantins
Araguaçu	Figueirópolis	Piraquê
Araguanã	Formoso do Araguaia	Pium
Araguatins	Goiatins	Ponte Alta do Bom Jesus
Arraias	Ipueiras	Ponte Alta do Tocantins
Augustinópolis	Itaporã do Tocantins	Porto Alegre do Tocantins
Aurora do Tocantins	Juarina	Praia Norte
Barra do Ouro	Lagoa da Confusão	Presidente Kennedy
Barrolândia	Lavandeira	Riachinho
Bernardo Sayão	Lizarda	Rio da Conceição
Bom Jesus do Tocantins	Luzinópolis	Rio Sono
Brasilândia do Tocantins	Mateiros	Sandolândia
Brejinho de Nazaré	Miracema do Tocantins	Santa Maria do Tocantins
Campos Lindos	Miranorte	Santa Rita do Tocantins
Cariri do Tocantins	Monte Santo do Tocantins	Santa Tereza do Tocantins
Carmolândia	Nazaré	São Félix do Tocantins
Carrasco Bonito	Nova Olinda	São Salvador do Tocantins
Centenário	Nova Rosalândia	São Valério da Natividade
Chapada da Natividade	Novo Alegre	Silvanópolis
Chapada de Areia	Novo Jardim	Sucupira
Colméia	Oliveira de Fátima	Talismã
Combinado	Palmeirante	Tocantinópolis
Crixás do Tocantins	Paraíso do Tocantins	Xambioá

Fonte: IEGM/2020

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

- ✓ Aumento no quantitativo de municípios que declararam não utilizar nenhum programa específico para desenvolver as competências de leitura e escrita de seus alunos.

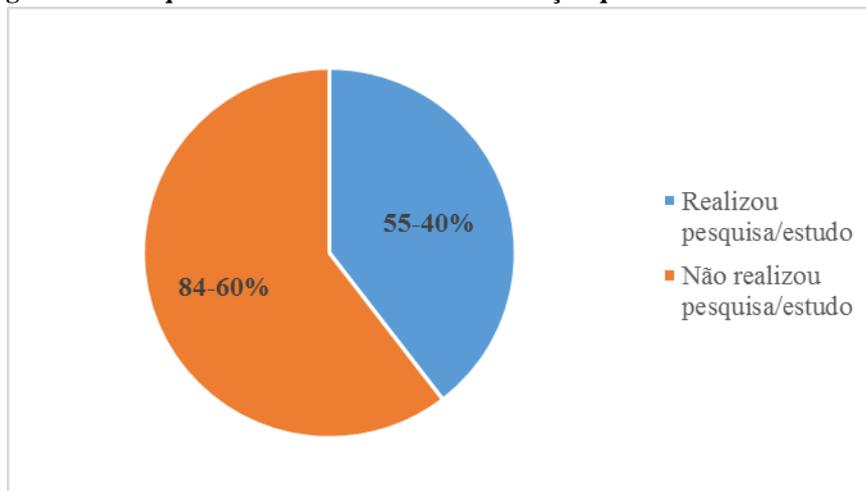
ODS Meta 4.2 - *Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.*

Questão 2 do I-Educ. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches?

A ampliação de vagas para atender, no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos em creche, está estabelecida na meta 1 do PNE e para que o município possa cumprir essa

meta deve conhecer sua demanda por vagas através de um levantamento para planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta. Entretanto, observa-se que, em 2020, 84 (oitenta e quatro) municípios declararam que não realizaram pesquisa/estudo sobre as necessidades da população por vagas em creches.

Figura 20 – Pesquisa e estudo do número de crianças que necessitavam de creche



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 12 apresentamos os municípios que informaram não realizaram pesquisa/estudo para levantar a demanda manifesta por creches.

Tabela 12- Municípios que declararam não realizaram pesquisa/estudo para levantar a demanda manifesta por creches

Aguiarnópolis	Cristalândia	Oliveira de Fátima
Aliança do Tocantins	Crixás do Tocantins	Palmeiras do Tocantins
Almas	Dianópolis	Paraíso do Tocantins
Alvorada	Dois Irmãos do Tocantins	Paranã
Aragominas	Esperantina	Pedro Afonso
Araguacema	Figueirópolis	Peixe
Araguaçu	Filadélfia	Pindorama do Tocantins
Araguaína	Formoso do Araguaia	Pium
Araguanã	Goianorte	Ponte Alta do Bom Jesus
Araguatins	Goiatins	Praia Norte
Arapoema	Guaraí	Recursolândia
Arraias	Itaguatins	Riachinho
Aurora do Tocantins	Juarina	Rio da Conceição
Axixá do Tocantins	Lagoa da Confusão	Rio dos Bois
Babaçulândia	Lagoa do Tocantins	Sandolândia
Bandeirantes do Tocantins	Lajeado	Santa Fé do Araguaia
Barra do Ouro	Lizarda	Santa Rita do Tocantins
Bom Jesus do Tocantins	Luzinópolis	Santa Tereza do Tocantins

Brasilândia do Tocantins	Marianópolis do Tocantins	São Bento do Tocantins
Brejinho de Nazaré	Miranorte	São Félix do Tocantins
Buriti do Tocantins	Monte do Carmo	Sítio Novo do Tocantins
Campos Lindos	Monte Santo do Tocantins	Tabocão
Carmolândia	Muricilândia	Taguatinga
Carrasco Bonito	Natividade	Talismã
Caseara	Nazaré	Tocantinópolis
Centenário	Nova Olinda	Tupiratins
Colmeia	Nova Rosalândia	Wanderlândia
Combinado	Novo Alegre	Xambioá

Fonte: IEGM/2020

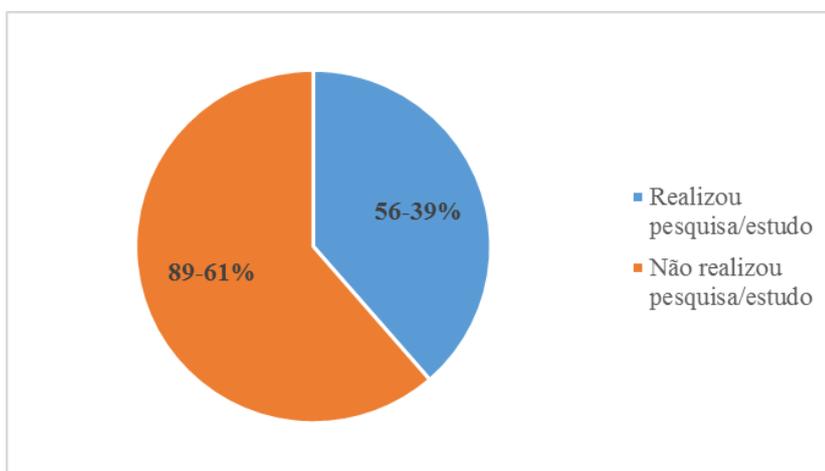
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

- ✓ Aumento no número de municípios que declararam ainda não realizar pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches.

Questão 3 do I-Educ. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola?

A meta 1 do PNE estabeleceu o prazo limite de 2016 para universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos, para isso os municípios devem promover uma pesquisa ou levantamento para identificar crianças que não estão frequentando a escola e realizar suas matrículas de forma a não deixar nenhuma criança fora da escola. Contudo, em 2020, identificou-se 89 (oitenta e nove) municípios que não realizaram pesquisa/estudo para conhecer a demanda para pré-escola e estão em status de descumprimento desta meta.

Figura 21 – Pesquisa e estudo de crianças que necessitavam de pré-escola



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 13 apresentamos os municípios que declararam não realizar pesquisa/estudo para levantar a demanda manifesta por pré-escola.

Tabela 13 – Municípios que declararam não realizar pesquisa/estudo para levantar a demanda manifesta por pré-escola.

Aguiarnópolis	Darcinópolis	Oliveira de Fátima
Aliança do Tocantins	Dianópolis	Palmeirante
Almas	Dois Irmãos do Tocantins	Palmeiras do Tocantins
Alvorada	Esperantina	Paraíso do Tocantins
Aragominas	Figueirópolis	Paraná
Araguacema	Filadélfia	Pedro Afonso
Araguaçu	Formoso do Araguaia	Peixe
Araguaína	Goianorte	Pindorama do Tocantins
Araguanã	Goiatins	Piraquê
Araguatins	Guaraí	Pium
Arraias	Itaguatins	Ponte Alta do Bom Jesus
Aurora do Tocantins	Itapiratins	Praia Norte
Axixá do Tocantins	Juarina	Presidente Kennedy
Bandeirantes do Tocantins	Lagoa da Confusão	Recursolândia
Barra do Ouro	Lagoa do Tocantins	Riachinho
Bom Jesus do Tocantins	Lajeado	Rio da Conceição
Brasilândia do Tocantins	Lizarda	Rio dos Bois
Brejinho de Nazaré	Luzinópolis	Santa Fé do Araguaia
Buriti do Tocantins	Marianópolis do Tocantins	Santa Rita do Tocantins
Campos Lindos	Miracema do Tocantins	Santa Tereza do Tocantins
Cariri do Tocantins	Miranorte	São Bento do Tocantins
Carmolândia	Monte do Carmo	São Félix do Tocantins
Carrasco Bonito	Monte Santo do Tocantins	Sítio Novo do Tocantins
Caseara	Muricilândia	Tabocão
Centenário	Natividade	Taguatinga
Colméia	Nazaré	Talismã
Combinado	Nova Olinda	Tocantinópolis
Couto Magalhães	Nova Rosalândia	Tupiratins
Cristalândia	Novo Acordo	Xambioá
Crixás do Tocantins	Novo Alegre	

Fonte: IEGM/2020

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

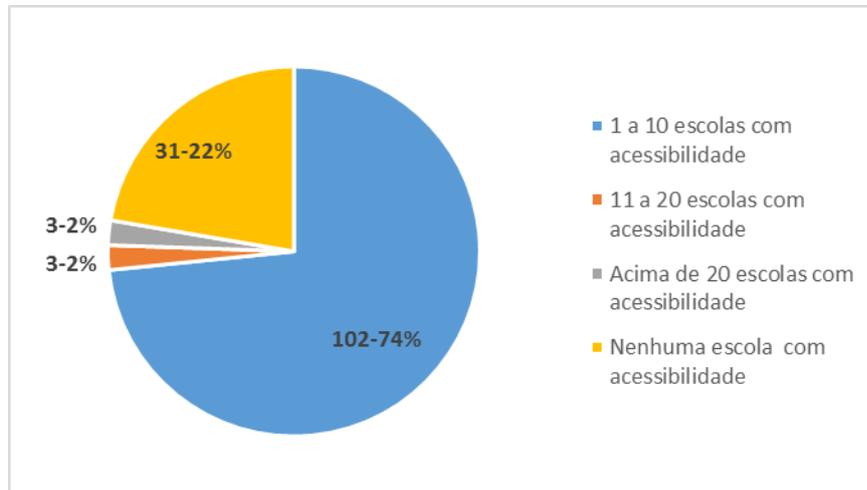
- ✓ Aumentou o quantitativo de municípios que declaram não realizar pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola.
- ✓ Municípios que ainda não realizam pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola e se encontram com status de descumprimento da meta 1 do PNE.

ODS Meta 4.a - *construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.*

Questão 10 do I-Educ. Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe: [Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):]

O PNE previu na Estratégia 1.5 que as redes de ensino devem manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, visando a expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil e na Estratégia 7.18, assegurar que, em cada edifício escolar, seja garantida a acessibilidade às pessoas com deficiência, exigindo do poder público ações efetivas que busquem melhorar a estrutura física escolar e torná-la acessível. Todavia, em 2020, 31 (trinta e um) municípios declararam que nenhuma de suas escolas têm acessibilidade.

Figura 22- Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 14 apresentamos os municípios que declararam que suas escolas não têm acessibilidade.

Tabela 14 - Municípios que declararam que suas escolas não têm acessibilidade

Abreulândia	Nazaré
Arapoema	Nova Rosalândia
Augustinópolis	Novo Alegre
Babaçulândia	Novo Jardim
Barra do Ouro	Paraná
Bom Jesus do Tocantins	Pequizeiro
Brejinho de Nazaré	Pindorama do Tocantins
Cristalândia	Piraquê
Crixás do Tocantins	Rio da Conceição
Darcinópolis	Sandolândia
Filadélfia	São Félix do Tocantins
Gurupi	São Sebastião do Tocantins
Ipueiras	São Valério da Natividade
Itaporã do Tocantins	Tupirama
Lavandeira	Tupiratins
Monte Santo do Tocantins	

Fonte: IEGM/2020

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

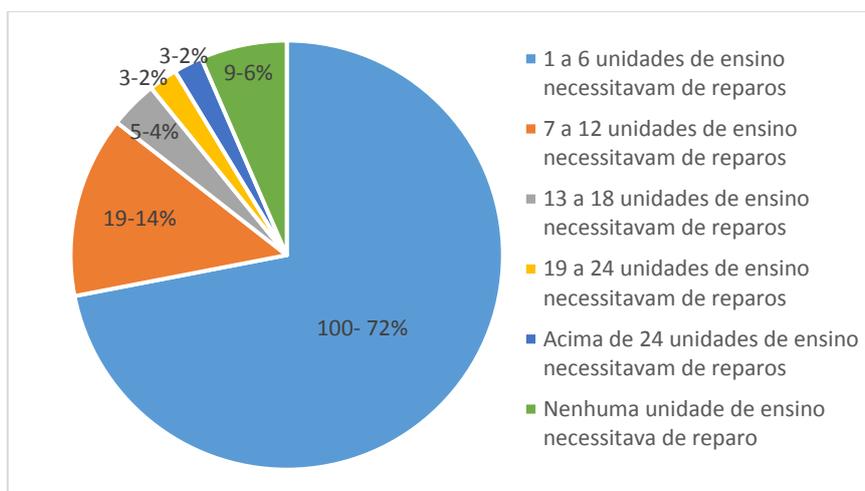
- ✓ Aumento no número de municípios que declaram que nenhuma escola possui acessibilidade.

Questão 11 do I- Educ. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2019, informe: (Quantidade de unidades de ensino que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.):

A infraestrutura escolar é um dos pilares para a melhoria da qualidade do ensino e implica na disponibilidade de espaços e recursos que respeitem a dignidade humana e potencializem experiências, vivências e interações entre os alunos e entre estes e os ambientes educativos, no entanto, muitas unidades escolares não dispõem de estrutura física adequada que proporcione essa vivência, tendo em vista que, em 2020, todos os municípios declararam dispor de unidades de ensino com necessidade de reparos.

Uma infraestrutura escolar inadequada impacta no trabalho diário dos professores e no aprendizado dos estudantes, assim os municípios devem buscar melhorar a estrutura física de suas escolas visando garantir espaços pedagógicos que inspire os professores a inovar com aulas mais atrativas estimulando os alunos no processo de aprendizagem.

Figura 23- Infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 15 apresentamos os municípios que declararam ter de 1 a 6 unidades de ensino que necessitavam de reparo.

Tabela 15 - municípios que declararam ter de 1 a 6 unidades de ensino que necessitavam de reparo

Abreulândia	Esperantina	Pequizeiro
Aguiarnópolis	Fátima	Pindorama do Tocantins
Aliança do Tocantins	Figueirópolis	Piraquê
Almas	Goianorte	Pium
Ananás	Guaraí	Ponte Alta do Bom Jesus
Angico	Ipueiras	Ponte Alta do Tocantins
Aparecida do Rio Negro	Itacajá	Porto Alegre do Tocantins
Aragominas	Itaporã do Tocantins	Presidente Kennedy
Araguaçu	Jaú do Tocantins	Pugmil
Araguanã	Juarina	Recursolândia
Arapoema	Lagoa da Confusão	Rio da Conceição
Aurora do Tocantins	Lajeado	Rio dos Bois
Bandeirantes do Tocantins	Lizarda	Rio Sono
Barra do Ouro	Luzinópolis	Sampaio
Barrolândia	Marianópolis do Tocantins	Santa Fé do Araguaia
Bernardo Sayão	Mateiros	Santa Maria do Tocantins
Bom Jesus do Tocantins	Maurilândia do Tocantins	Santa Rosa do Tocantins
Brasilândia do Tocantins	Miranorte	Santa Tereza do Tocantins
Brejinho de Nazaré	Monte do Carmo	Santa Terezinha do Tocantins
Cachoeirinha	Monte Santo do Tocantins	São Félix do Tocantins
Cariri do Tocantins	Muricilândia	São Miguel do Tocantins
Carmolândia	Natividade	São Salvador do Tocantins
Carrasco Bonito	Nazaré	São Sebastião do Tocantins

Caseara	Nova Rosalândia	São Valério da Natividade
Centenário	Novo Acordo	Silvanópolis
Chapada da Natividade	Novo Alegre	Sucupira
Chapada de Areia	Novo Jardim	Taipas do Tocantins
Colinas do Tocantins	Oliveira de Fátima	Talismã
Combinado	Palmas	Tocantínia
Conceição do Tocantins	Palmeirante	Tupirama
Crixás do Tocantins	Palmeiras do Tocantins	Tupiratins
Darcinópolis	Palmeirópolis	Xambioá
Divinópolis do Tocantins	Pau d'Arco	
Dueré	Pedro Afonso	

Fonte: IEGM/2020

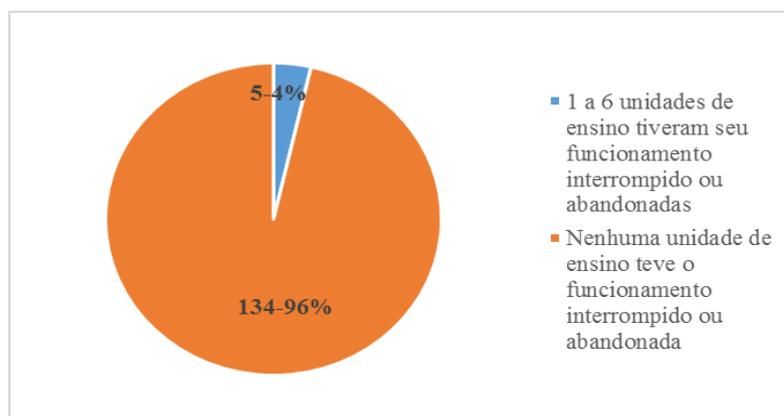
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

- ✓ De 2015 a 2020 de aplicação do IEGM, aumentou o quantitativo de municípios em todos os intervalos de unidades de ensino que necessitavam de reparos.

Questão 11 do i – Educ. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2019, informe: (Quantidade de unidades de ensino que tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura)

No decorrer desses seis anos de aplicação do IEGM, a infraestrutura das escolas é um problema recorrente com o agravamento da existência de unidades de ensino que tiveram seu funcionamento interrompido ou abandonado. Em 2020, apesar das escolas estarem fechadas em função das medidas de prevenção contra o COVID-19, 5 (cinco) municípios declararam que tiveram de 1 a 6 unidades com atividades interrompidas por problemas de infraestrutura.

Figura 24 - unidades de ensino que tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 16 apresentamos os municípios cujas escolas tiveram seu funcionamento interrompido ou abandonada por problemas de infraestrutura:

Tabela 16 - municípios cujas escolas tiveram seu funcionamento interrompido ou abandonada por problemas de infraestrutura

Aguiarnópolis
Aragominas
Araguaína
Chapada da Natividade
Lajeado

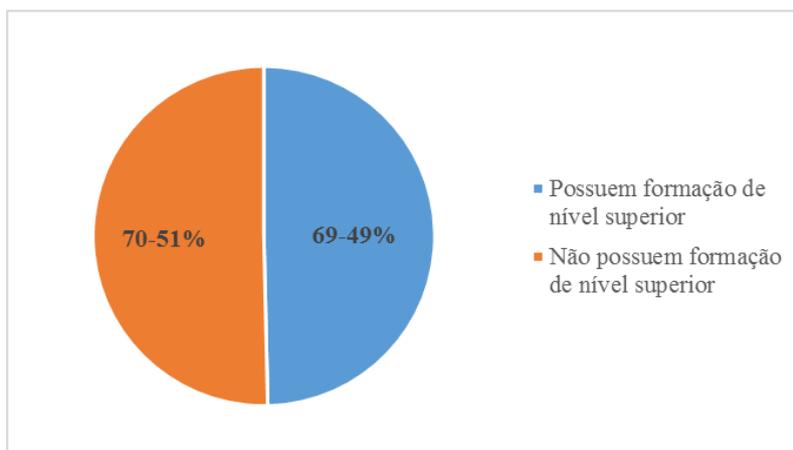
Fonte: IEGM/2020

ODS Meta 4.c - *Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.*

Questão 16 do I-Educ Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?

É sabido que os alunos ensinados por professores qualificados têm mais probabilidade de obter um desempenho mais elevado, no entanto, em 2020, 70 (setenta) municípios declararam que nem todos os seus professores possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, sendo assim o profissional está ensinando um conteúdo no qual não é especializado, sua performance fica prejudicada pois vai encontrar dificuldades para lecionar uma disciplina que ele não aprendeu devidamente a perca de aprendizagem do aluno.

Figura 25 - professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior



Fonte: IEGM/2020

Na Tabela 17 apresentamos os municípios que declararam que existem professores sem formação de nível superior.

Tabela 17 Municípios que declararam que existem professores sem formação de nível superior.

Aguiarnópolis	Lizarda
Angico	Luzinópolis
Aparecida do Rio Negro	Marianópolis do Tocantins
Aragominas	Miranorte
Araguacema	Nazaré
Araguaína	Nova Olinda
Araguatins	Nova Rosalândia
Arapoema	Novo Acordo
Arraias	Novo Jardim
Aurora do Tocantins	Palmeirante
Axixá do Tocantins	Palmeiras do Tocantins
Babaçulândia	Palmeirópolis
Barrolândia	Peixe
Bom Jesus do Tocantins	Pequizeiro
Brejinho de Nazaré	Piraquê
Buriti do Tocantins	Pium
Campos Lindos	Ponte Alta do Bom Jesus
Cariri do Tocantins	Porto Alegre do Tocantins
Carmolândia	Porto Nacional
Carrasco Bonito	Praia Norte
Centenário	Riachinho
Chapada de Areia	Rio da Conceição
Darcinópolis	Rio dos Bois
Dois Irmãos do Tocantins	Rio Sono
Esperantina	Sampaio
Fátima	Sandolândia
Figueirópolis	Santa Maria do Tocantins
Formoso do Araguaia	Santa Rosa do Tocantins
Guaraí	Santa Tereza do Tocantins
Itaguatins	São Félix do Tocantins
Itapiratins	São Valério da Natividade
Itaporã do Tocantins	Sítio Novo do Tocantins
Jaú do Tocantins	Tocantinópolis
Juarina	Tupiratins
Lagoa do Tocantins	Xambioá

Fonte: IEGM/2020

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2020, destacamos o seguinte:

- ✓ Diminuiu o número de professores da educação básica que possuem nível superior.

4. CONCLUSÃO

O Levantamento do IEGM-TO 2020, contou com a participação de 100% dos municípios e, assim como no exercício anterior, tendo em vista as exigências de distanciamento social em decorrência da pandemia do Covid-19, não foi possível a validação presencial das respostas apresentadas pelos gestores, desta forma o resultado final, está baseado somente nas informações declaradas pelos gestores municipais.

A maioria dos municípios em 06 das 07 áreas avaliadas encontram-se classificados como **“baixo nível de adequação”**, destacamos a Educação, com 93 municípios, planejamento 113, cidades protegidas, 101 e ambiental, 99.

A chegada da pandemia alterou o processo de ensino-aprendizagem que já não era tão estável. Soma-se a este cenário o fechamento das escolas, a interrupção das aulas presenciais, a inserção repentina do uso dos recursos tecnológicos, a pouca experiência de utilização eficiente dos recursos tecnológicos disponíveis em virtude do desconhecimento técnico e prático-pedagógico das ferramentas, sem falar na dificuldade de acesso à internet.

Neste contexto, analisando os resultado do IEGM 2020 e comparando com os resultados alcançados nos anos anteriores, na área da educação, identificamos que os municípios não estão avançando quanto a promoção de ensino de qualidade, o monitoramento da taxa de abandono, a disponibilização de ambientes seguros e inclusivos, a qualificação de seus professores, a avaliação de rendimento escolar, a implantação de programas que desenvolvam as competências de leitura e escrita de seus alunos, e o cumprimento das demais metas do PNE. Todas estas ações que não estão sendo realizadas adequadamente pelos municípios, irão impactar profundamente na volta às aulas presenciais, sendo o maior desafio para os gestores municipais de educação mitigar as perdas na educação básica causadas pela pandemia.

A crise sanitária do COVID-19 impactou ainda mais o SUS, esteve presente a escassez de medicamentos, insumos, profissionais, unidades de atendimento e houve também a interrupção momentânea de atendimentos não relacionados à Covid-19.

O índice Municipal de saúde, cujos temas centrais são: Atenção Ambulatorial, Assistência Farmacêutica, Vigilância em Saúde, Regulação e Controle, Atenção na Saúde Mental e Estrutura e Gestão demonstrou no resultado de 2020 algumas

situações inadequadas nos municípios as quais impactariam nas ações para o enfrentamento do COVID-19, tais como demora para realização da primeira consulta que pode chegar a mais de 60 dias, controles de estoque manual, situação identificada em 54 municípios, incipiente prática da telemedicina, identificada somente em 36 município, inexistência de Plano de Cargos e Salários para os profissionais de saúde em 92 municípios, ausência de registros atualizados dos pacientes doenças crônicas: asma em 53 municípios, doença pulmonar obstrutiva 53 e obesidade 38 municípios.

Quanto ao Índice Municipal do Meio Ambiente onde é mensurado o resultado das ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas, destacamos a gestão municipal de resíduos sólidos, onde os resultados mostram que 65 municípios ainda não possuem Plano Municipal de resíduos sólidos elaborados e aprovados pelas Câmaras Municipais, mesmo depois de 11 anos da aprovação do PNRS (Plano Nacional de Resíduos Sólidos).

E em total desalinhamento com ao PNRS, 107 municípios, lançam os resíduos sólidos a céu aberto (lixões) situação alarmante e agravada mais ainda pelo aumento desta prática nos últimos anos.

Proteção aos Cidadãos é o tema do i-Cidade, que reflete as ações realizadas em defesa civil nos municípios e a gestão dos municípios quanto à preparação e reação em situações de emergência. Neste índice temos **69** municípios que não possuem Setor/Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil estruturado (a) e outra situação encontrada nas informações declaradas pelos gestores é que **113** municípios de não realizam estudo atualizado de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, esta situação se torna mais grave ainda quando encontramos ainda nos resultados do IEGM a inexistência de AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros em 103 unidades escolares e em 76 unidades de saúde, reforçando ainda mais a falta de planejamento e acompanhamento municipal na proteção dos cidadãos.

5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto, tendo em vista que a avaliação e acompanhamento das políticas públicas são etapas essenciais para seu aperfeiçoamento e aprimoramento da alocação de recursos e qualidade do gasto público, visando melhorar a prestação de serviços à sociedade, submetemos este Relatório de Levantamento à consideração superior, com as propostas que se seguem:

- a) Que no planejamento das fiscalizações realizadas pelo controle externo sejam considerados os resultados do IEGM, particularmente no tocante a:
 - i) Insuficiência nas atividades afetas à dimensão Planejamento, visto que pelos 06 anos do levantamento esta dimensão tem se enquadrado na classe/faixa C, qualificada como de “baixo nível de adequação” em termo de efetividade da gestão municipal;
 - ii) Descumprimento da meta 1 do PNE;
 - iii) Inobservância no cumprimento das estratégias da Meta 7 do PNE, pela ausência de ações que garantam qualidade ao ensino com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, garantia de transporte escolar que assegurem a todas as escolas públicas de educação básica o acesso ao a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;
 - iv) Ausência de mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, Meta 2 do PNE;
 - v) Ausência de ações que promovam a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, Meta 2 do PNE;
 - vi) Descumprimento da Meta 18 do PNE, valorização dos profissionais da educação, pagamento do piso salarial dos profissionais da educação e garantia de ocupação dos cargos por servidores efetivos;
 - vii) Ausência de sistemas informatizados de controle de estoque de medicamentos e insumos nas unidades de saúde;
 - viii) Ausência de PCCS para os profissionais da saúde;

- ix) Demora na marcação da primeira consulta nas unidades de saúde;
 - x) Falta de controle e acompanhamento dos pacientes com doenças crônicas
 - xi) Ausência de AVCB nas unidades escolares e unidades de saúde dos municípios;
 - xii) Ausência de Plano Municipal de resíduos sólidos;
 - xiii) Aumento na prática de se lançar os resíduos sólidos a céu aberto (lixões);
 - xiv) *Ausência de* unidades estruturadas de defesa civil. Planos municipais de redução de risco, estudos, diagnósticos, mapas de riscos e Planos Preventivos de *Defesa Civil*;
- b) Que os apontamentos individualizados por município nos itens 3.1 e 3.2 sejam objetos para apresentação de encaminhamentos (ofícios, alertas, acompanhamentos) pelas Relatorias junto aos seus jurisdicionados.
- c) Que os resultados do IEGM-2020, seja um dos instrumentos utilizados para a elaboração do plano anual de capacitação para os jurisdicionados promovidos pelo Instituto de Contas – ISCON.
- d) Que seja disponibilizado este Relatório no site do TCE no link “IEGM” e os dados inseridos no infográfico;
- e) Que sejam realizadas ações para incentivar os Municípios a integrar seus Planos Municipais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a fim de que garantam o seu crescimento econômico de forma sustentável.

Encaminhar cópia do Relatório, Voto e Resolução que vierem a ser prolatados pelo TCE nestes autos às Relatorias, Diretoria Geral de Controle Externo, Instituto de Contas, Gestores Municipais, Câmaras Municipais de Vereadores, ATM, Conselhos Municipais de Saúde, Conselhos Municipais de Educação, Ministério Público Estadual, e a Assembleia Legislativa do Estado.

Palmas, 25 de março de 2022.



Lígia Cássia Rocha Braga
Auditora de Controle
Externo
Coordenadora da Equipe
Mat. 23.858-9

Cláudia Elizabeth de Oliveira
Vieira
Auditora de Controle
Externo
Membro
Mat. 23.587-3

Luan Philipe Nunes
Bequimam
Estagiário
Apoio
Mat. 27.017-3